



Repercussão Geral *em Pauta*

Edição n. 390

15 a 21 de setembro de 2026

Informativo periódico, elaborado pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes da Secretaria de Gestão de Precedentes do STF, objetiva auxiliar a gestão da repercussão geral no Poder Judiciário e apresenta as mais recentes informações deste Tribunal sobre o assunto.



MÉRITO DA REPERCUSSÃO

JULGAMENTOS

TEMA: 516

**PROCESSOS: RE 597.315-
ED**

RED. ACOR.: Min. Alexandre de
Moraes



Título: Sujeição passiva das cooperativas à contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS.

Foi fixada a seguinte tese: “É constitucional a contribuição social instituída no art. 1º, II, da Lei Complementar nº 84/1996, a cargo das cooperativas de trabalho”

Agenda 2030 da ONU:



ACÓRDÃOS PUBLICADOS

TEMA: 1.474

PROCESSO: RE 1.608.434

RELATOR: Min. Dias Toffoli



INTEIRO TEOR

Título: Quebra de sigilo telemático por ordem judicial para obtenção de conteúdo armazenado em conta de e-mail ou nuvem vinculada, a fim de subsidiar fiscalização da Administração Tributária.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. Não se manifestou a Ministra Cármen Lúcia. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. Não se manifestou a Ministra Cármen Lúcia. No mérito, o Tribunal, por maioria, não reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria. Não se manifestaram os Ministros Cármen Lúcia e Flávio Dino.

Agenda 2030 da ONU:





TEMAS COM TRÂNSITO EM JULGADO

TEMA: 1.419

**PROCESSO: ARE 1.557.312-
ED-segundos**

**RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**



Título: Incidência da Taxa SELIC, prevista no art. 3º da EC 113/2021, para a atualização de valores em qualquer discussão ou condenação da Fazenda Pública, inclusive na cobrança judicial de créditos tributários.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, (i) rejeitou os embargos de declaração e o pedido de modulação de efeitos da decisão embargada; e (ii) acolheu a argumentação do parecer da Procuradoria-Geral da República, apenas para esclarecer que a tese jurídica firmada no Tema 1.419 tem aplicação restrita ao período de vigência da redação original do art. 3º da Emenda Constitucional nº 113/2021, não havendo projeção automática de seus efeitos ao novo regime instituído pelo art. 3º da Emenda Constitucional 136/2025. Tudo nos termos do voto do Relator, Ministro Edson Fachin (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 8.5.2026 a 15.5.2026.

TEMA: 1.432

PROCESSO: RE 1.563.850-ED

**RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**



Título: Legitimidade de profissionais que não têm domicílio na mesma base territorial do sindicato para executarem título judicial formado em ação coletiva ajuizada pela entidade sindical.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Edson Fachin (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 21.8.2026 a 28.8.2026.

TEMA: 1.434

**PROCESSO: ARE 1.539.721-
ED**

**RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**



Título: Incidência do princípio da anterioridade nonagesimal sobre a contribuição ao Fundo Estadual de Infraestrutura do Estado de Goiás (FUNDEINFRA).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Edson Fachin (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 21.8.2026 a 28.8.2026..



PROCEDIMENTOS DE ADMISSIBILIDADE

TEMAS EM JULGAMENTO

TEMA: 1.483**PROCESSOS: RE 1.616.922
RE 1.616090****RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**

MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento

Placar do Julgamento em 21.9.2026

QUESTÃO CONSTITUCIONAL	4	6
REPERCUSSÃO GERAL	4	6
REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	4	6

■ Há ■ Não Há ■ Sem voto

Título: Redução dos prazos de validade do Certificado de Registro (CR) e do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) pelo Decreto nº 11.615/2023.

Data prevista para o fim do julgamento: 25.9.2026

Agenda 2030 da ONU:



**TEMA: 1.484****PROCESSOS: RE 1.620.626
RE 1.623.818****RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**

MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento

Placar do Julgamento em 21.9.2026

QUESTÃO CONSTITUCIONAL	4	6
REPERCUSSÃO GERAL	4	6

■ Há ■ Não Há ■ Sem voto

Título: Índices de correção monetária e de juros de mora aplicáveis às condenações impostas à Fazenda Pública na fase anterior à expedição do requisitório, após a Emenda Constitucional nº 136/2025.

Data prevista para o fim do julgamento: 25.9.2026

TEMA: 1.485**PROCESSOS: ARE 1.600.294****RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**

MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento

Placar do Julgamento em 21.9.2026

QUESTÃO CONSTITUCIONAL	3	7
REPERCUSSÃO GERAL	3	7

■ Há ■ Não Há ■ Sem voto



Título: Reconhecimento de erro de tipo e padrão probatório exigido no crime de estupro de vulnerável contra vítima menor de 14 anos.

Data prevista para o fim do julgamento: 25.9.2026

Agenda 2030 da ONU:



TEMAS FINALIZADOS

TEMA: 1.482

PROCESSOS: ARE 1.570.444

RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)



MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento

Placar do Julgamento em 21.9.2026

QUESTÃO CONSTITUCIONAL	10
REPERCUSSÃO GERAL	10

■ Há ■ Não Há ■ Sem voto

Título: Enquadramento dos honorários advocatícios sucumbenciais na exceção à impenhorabilidade de verbas remuneratórias e de valores depositados em caderneta de poupança para pagamento de prestação alimentícia.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a inexistência de repercussão geral da questão, por não se tratar de matéria constitucional.



PAUTAS DO PLENÁRIO

PLENÁRIO PRESENCIAL

Paradigmas da repercussão geral incluídos no [calendário de julgamento](#) do Plenário do Supremo Tribunal Federal (sujeito a alterações):

TEMA: 1.071

PROCESSOS: RE 1.050.597

RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)



Título: Definição do termo “ingressado no serviço público”, à luz do art. 40, § 16, da Constituição Federal, para fins de definição do alcance temporal do direito de opção do servidor público federal, oriundo de cargo público de outro ente da federação, ao novo regime de previdência complementar.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 1.016

PROCESSOS: RE 1.141.156

RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)



Título: Constitucionalidade da inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre valores depositados judicialmente.

Agenda 2030 da ONU:



SESSÕES VIRTUAIS DO PLENÁRIO

TRIBUNAL PLENO – SESSÃO VIRTUAL DE 18.9.2026 A 25.9.2026



TEMA: 208

PROCESSOS: RE 601.220

RELATOR: Min. Nunes Marques



Título: Competência jurisdicional para processar e julgar ação de reparação de danos causados por crítica veiculada pela internet.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 1.113

PROCESSOS: RE 990.115

RELATOR: Min. Cristiano Zanin



Título: Inclusão do valor da subvenção econômica da Lei 10.604/2002 na base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 1.234

PROCESSO: RE 1.366.243
ED-segundos

RELATOR: Min. Gilmar Mendes



Título: Legitimidade passiva da União e competência da Justiça Federal, nas demandas que versem sobre fornecimento de medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde – SUS.

Agenda 2030 da ONU:

